

Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEX)  
Setor de Agricultura

IPEA / RIO  
Documentação

SUBMODELO DE POLÍTICA ECONÔMICA AGRÍCOLA:  
Um Esboço de Análise.

Documento interno para discussão, e  
laborado por Stahis Panagides e sub-  
metido ao coordenador do Setor de A-  
gricultura Dr. Maurício Rangel Reis.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 1970.

IPEA  
095

ipea / RIO  
Documentação

ipea  
INSTITUTO DE PESQUISA  
ECONOMICA APLICADA  
Documentação.  
F N.º 240  
Data 10/05 / 95

SUBMODÉLO DE POLÍTICA ECONÔMICA AGRÍCOLA:

Um Esboço de Análise.

IPÊA / RIO  
Documentação

Stahis S. Panagides

Tem a presente nota uma dupla finalidade:

1. Expor técnicas de construção de modelos macroeconômicos de política econômica; e

2. Demonstrar que tais tipos de modelos podem ser úteis na formulação da política agrícola, especialmente por revelar a importância e consistência de diferentes políticas atualmente utilizadas à luz de objetivos econômicos globais.

Nerlove indica três utilidades dos modelos econométricos agregados do tipo aqui discutido.<sup>1/</sup>

- a) pesquisa útil do passado - forma mais precisa, embora limitada de história econômica;
- b) meio para esclarecer interrelações econômicas;
- c) procedimentos para revelar as limitações dos dados disponíveis e, desta forma, indicar o caminho para obtenção de dados úteis, mais numerosos e precisos.

---

1/ Nerlove, Mark, Two Models of the British Economy: A fragment of a critical survey. International Economic Review, Vol. 6, pp. 127-181, 1965.

O leitor interessado em obras de referências básicas relativas à política econômica nacional e planejamento deve consultar:

- a) Tinbergen, Jan, Economic Policy: Principles and Design, North-Holland Publishing Company, 1965.
- b) Tinbergen, Jan, On the Theory of Economic Policy, North-Holland Publishing Company, 1963.
- c) Radner, Roy, Notes on the Theory of Economic Planning, Center of Economic Research, Athens, 1963.
- d) Waterson, Albert, Development Planning: Lessons of Experience, The Johns Hopkins Press, 1965.
- e) Hickman, Bert, Ed., Quantitative Planning of Economic Policy, The Brookings Institution, 1965.
- f) Fox, K.A., et. al., The Theory of Quantitative Economic Policy, Rand McNally, 1966.
- g) Adelman, Irma and Erik Thorbecke, The Theory and Design of Economic Development, The Johns Hopkins Press, 1966.
- h) Yotopoulos, Pan Ed., Economic Analysis and Economic Policy, Center of Economic Research, Athens, 1966.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA POLÍTICA ECONÔMICA

Formalmente, o problema de política econômica do tipo aqui apresentado, pode ser formulado da seguinte maneira:

O sistema econômico é observado (ex-post) em um equilíbrio, expressado pelas equações do modelo econométrico. A condição de equilíbrio é que a procura agregada seja igual à oferta agregada. Formulamos o equilíbrio econômico agregado ex-post pela equação

$$(1) \quad F(Y, X) = 0$$

onde Y é um vetor das variáveis endógenas e X um vetor das variáveis exógenas, de modo que

$$(2) \quad Y = f(X).$$

Constitui objetivo da política econômica deslocar a economia do equilíbrio atual para um novo equilíbrio, julgado desejável à vista da função de bem-estar social. Podemos, neste caso, escrever

$$(3) \quad \frac{\partial F}{\partial Y} \frac{\partial Y}{\partial X} dX + \frac{\partial F}{\partial X} dX = 0$$

que representa o deslocamento para o novo equilíbrio econômico agregado.

Da equação (3), derivamos

$$(4) \quad \frac{\partial Y}{\partial X} = \left[ \frac{\partial F}{\partial Y} \right]^{-1} \frac{\partial F}{\partial X} \text{ ou } F^*(Y, X) = 0$$

Na linguagem da política econômica, um ou mais elementos de X está sob controle do formulador da política e recebem a denominação de instrumentos (X\*) ao passo que um ou mais elementos de Y são os objetivos da política econômica, compondo a função objetiva W, com peso apropriado, e são chamados de metas (Y\*). No exemplo que se segue, consideraremos a produção agrícola, Y<sub>A</sub>, e o emprego da mão-de-obra agrícola, L<sub>A</sub>, como os dois objetivos da política agrícola no Brasil.

A mudança nos valores das variáveis X desloca normalmente os valores das variáveis endógenas Y, levando o sistema a um novo equilíbrio, por intermédio de uma transformação efetuada por uma matriz de ordem apropriada, cujos coeficientes são denominados multiplicadores.

No caso da equação linear, que teve em Tinbergen o seu pioneiro, e que é apresentada nesta nota, o problema de política se reduz a

Na representação de equilíbrio econômico, um dos elementos de  $X$  es-

$$\frac{\partial X}{\partial E} = \begin{bmatrix} \theta \\ \gamma \end{bmatrix} \frac{\partial X}{\partial X} \text{ ou } \gamma(X) = 0$$

que representa o deslocamento para o novo equilíbrio econômico observado.

$$(3) \quad \frac{\partial X}{\partial E} \frac{\partial E}{\partial X} + \frac{\partial X}{\partial E} \frac{\partial X}{\partial E} = 0$$

Seja de particular interesse a possibilidade de que, neste caso, as alterações de equilíbrio afetem para um lado o equilíbrio, levando a elevação de  $X$  em conexão com o objetivo de políticas econômicas desloca-se a economia do e-

$$(5) \quad X = L(X)$$

sendo de modo que

o deslocamento para o novo equilíbrio econômico e  $X$  em termos das variáveis exó-

Max (ou min) de  $W(y^*)$  —: objetivo

sujeito a

$$Y = B^{-1} FX + B^{-1} K \quad \text{—: modelo}$$

de modo que tódas as condições de exequibilidade sejam satisfeitas (isto é, os valôres dos instrumentos de poupança - investimentos, balanço de pagamentos externo, etc.)

O modelo demonstrativo que se segue é calculado a priori e se supõe que os coeficientes ( $a_{ij}$ ) reflitam elasticidades (não são cogitados problemas de estimação! - ver comentários posteriores)

SUBMÓDELO DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Equações de Comportamento:

1)  $Y_A = a_{1.1} + 0.4I_A + 0.5 T + 0.4IM + 0.2 \frac{P_A}{P_{NA}} + 0.3\hat{E}X + 0.4\hat{M}C + 0.9\bar{U}_1$

2)  $I_A = a_{2.1} + 0.6\hat{P}R + 0.3 \frac{P_A}{P_{NA}} + 0.5 \bar{Y}_{A-1} + 0.5\bar{U}_2$

3)  $T = a_{3.1} + 0.4\hat{R}A + 0.6\hat{P}C + 0.5\bar{U}_3$

4)  $IM = a_{4.1} + 0.5\hat{C}R + 0.3 \frac{P_A}{P_{NA}} + 0.3 \bar{Y}_{A-1} + 0.5\bar{U}_4$

5)  $L_A = a_{5.1} + 0.5\hat{R}A - 0.2\bar{M}C + 0.5 T - 0.5D + 0.2\bar{U}_5$

6)  $D = a_{6.1} + 0.3IM + 0.4I_A + 0.5\bar{U}_6$

7)  $\frac{P_A}{P_{NA}} = a_{7.1} - 0.4Y_A + 0.5C_A - 0.2SNA + 0.3 \hat{P}_{MN} + 0.4\bar{U}_7$

8)  $C_A = a_{8.1} + 0.2Y_A + 0.6\bar{Y}_{NA} - 0.2\hat{T}_A$

9)  $X_A = a_{9.1} + 0.2Y_A + 0.2\bar{U}_8$

10)  $M_A = a_{10.1} + 0.1Y_A + 0.5\bar{Y}_{NA} - 0.2\hat{T}_A$

Equação de Definição

11)  $\bar{Y}_A = C_A + I_A + (X_A - M_A) + G_A$

DEFINIÇÕES DAS VARIÁVEIS

- 1)  $Y_A$  = Produção agrícola
- 2)  $I_A$  = Investimentos na agricultura
- 3)  $T$  = Novas terras em produção
- 4)  $IM$  = Insumos modernos
- 5)  $\frac{P_A}{P_{NA}}$  = Relação preços <sup>recebidos pelos agricultores</sup> / <sub>preços não-agrícolas</sub> <sup>pagos pelos</sup> <sub>agricultores</sub>
- 6)  $\hat{E}X$  = Política de extensão rural
- 7)  $\bar{U}_j$  = Outros fatores que influenciam a variável dependente ( $j = 1$  a  $8$ )
- 8)  $\hat{P}R$  = Investimentos governamentais na agricultura (Projetos, etc)
- 9)  $\bar{Y}_{A-1}$  = Produção agrícola do ano anterior
- 10)  $\hat{R}A$  = Política de reforma agrária
- 11)  $\hat{P}C$  = Política de colonização e migração
- 12)  $\hat{C}R$  = Crédito agrícola e incentivos monetários
- 13)  $L_A$  = Mão-de-obra na agricultura
- 14)  $\hat{M}C$  = Mecanização
- 15)  $D$  = Modernização na agricultura
- 16)  $C_A$  = Consumo de produtos agrícolas
- 17)  $\hat{S}NA$  = Política de comercialização de produtos agrícolas (centrais de abastecimento, etc)
- 18)  $\hat{P}_{MN}$  = Política de preços mínimos
- 19)  $\bar{Y}_{NA}$  = Renda não-agrícola

20)  $\hat{T}_A$  = Impostos pagos pela agricultura

21)  $X_A$  = Exportação de produtos agrícolas

22)  $M_A$  = Importação de produtos agrícolas

23)  $G_A$  = Consumo do governo de produtos agrícolas. (variável usada como "slack")

O modelo visualiza três classes de instrumentos de política:

1. Investimentos governamentais na agricultura: manifestados através de projetos (PR). Entende-se que tais projetos acrescentam algo dire-  
re direta bem como indiretamente aos investimentos a fim de encorajar  
inversões privadas na agricultura. Os investimentos do governo nos me-  
ios de comercialização (SNA) são isolados como afetando diretamente os  
preços recebidos pelos agricultores.

2. Instrumentos estruturais ou institucionais: a reforma agrária  
(RA) constitui o principal instrumento nesta categoria. A RA é introdu-  
zida no modelo por intermédio das equações 3 e 5. A equação 3 pressupõe  
que a expansão da terra agricolamente aproveitada é uma função da polí-  
tica de reforma agrária. A equação Nº 5 afirma que a reforma agrária  
exerce efeito ( $a_5$ ) positivo sobre o emprego agrícola. A política de  
colonização (PC) está introduzida na equação número 3.

3. Instrumentos de estímulos financeiros em particular, temos os  
créditos concedidos à agricultura ( $\hat{C}$ ), a política de preços mínimos  
( $P_{MN}$ ), e os impostos sobre a agricultura ( $\hat{T}_A$ ).

4. Extensão Rural: Introduzido como variável EX.

Deve-se notar, desde o início, que tal classificação de instrumentos  
é de natureza arbitrária e feita por conveniência e poderão ser usadas  
outras classificações, especialmente de natureza mais desagregada.

#### USO DE MODELOS DE POLÍTICA

Os multiplicadores de política constituem, amiúde, o subproduto mais  
útil de um modelo econométrico do ponto de vista da política. É feita  
abaixo uma demonstração de seu uso. O multiplicador é um coeficiente que  
quando multiplicado por uma mudança específica numa variável (instrumen-  
to) dá a mudança que ocorre em outra variável (meta). A natureza do mul-  
tiplicador é a mesma encontrada na análise estática comparativa e no des-  
locamento do equilíbrio.

A natureza do multiplicador é entendida no contexto de um período de  
tempo especificado e na interação simultânea entre variáveis econômicas.  
Se a interdependência do sistema fôsse eliminada, o multiplicador teria  
sido igual à mudança inicial. O multiplicador está intimamente relacio-  
nado com o conceito fundamental de fluxo na atividade econômica. Deve-se  
ter cuidado, porém, ao interpretar os multiplicadores dos tipos indicados  
abaixo. É preciso lembrar que eles são (ceteris paribus) multiplicadores  
parciais e que sofrem de tôdas as debilidades da análise estática-parcial  
tradicional. Além disso, o modelo econométrico de política inclui sômen-  
te um pequeno número de relações (que se espera sejam as mais importantes)

entre as variáveis econômicas, de modo que toda a faixa do multiplicador verdadeiro pode ser substituída ou superestimada, tudo dependendo dos tipos de relações <sup>incluídas ou</sup> excluídas do modelo.

Podemos definir o objetivo da política de desenvolvimento agrícola através da função

$$W = f(Y_A, L_A),$$

onde  $Y_A$  traduz o valor da produção agrícola e  $L_A$  indica o montante da mão de obra agrícola.

Os instrumentos de política econômica incorporados ao modelo, são os seguintes:

$\hat{E}\hat{X}$  = Serviço de Extensão Rural

$\hat{P}\hat{R}$  = Investimento Público na Agricultura

$\hat{R}\hat{A}$  = Política de Reforma Agrária

$\hat{P}\hat{C}$  = Política de Colonização e Migração

$\hat{C}\hat{R}$  = Crédito Agrícola e Incentivos Monetários

$\hat{P}_{MN}$  = Política de Preços Mínimos

$\hat{S}\hat{N}\hat{A}$  = Política de Comercialização

$\hat{M}\hat{C}$  = Mecanização

A inversão da matriz dos coeficientes das variáveis endógenas (B) e sua subsequente multiplicação pela matriz dos coeficientes das variáveis exógenas (F) resulta na matriz dos multiplicadores, apresentada na próxima página.

Das equações do modelo e de matriz resultante dos multiplicadores parciais é visto que um número de variáveis assegura um efeito negativo em  $L_A$ , Mão-de-obra na agricultura. Isto deve-se a ausência de uma relação funcional adequada entre produção e mão-de-obra,  $L_A$ , omissão tal que pode ser corrigida em subsequentes versões do modelo. No caso de políticas governamentais o efeito negativo da mão-de-obra dos projetos, PR, não é justificado, notadamente, a curto prazo. Observa-se, contudo, que a política governamental da reforma agrária e colonização apresenta significantes efeitos positivos no emprego rural.

Estamos agora em posição de avaliar alguns dos nossos instrumentos de política e sua relação com os objetivos da política agrícola.

Usaremos, a seguir, alguns casos, somente para demonstrar a técnica.

MATRIZ DOS MULTIPLICADORES

VARIÁVEIS EXÓGENAS

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	20
		$\bar{U}_1$	$\hat{PR}$	$\hat{Y}_{A-1}$	$\hat{EX}$	$\bar{U}_2$	$\hat{RA}$	$\hat{PC}$	$\bar{U}_3$	$\hat{CR}$	$\bar{U}_4$	$\hat{MC}$	$\bar{U}_5$	$\bar{U}_6$	$\hat{SNA}$	$\hat{P}_{MN}$	$\bar{U}_7$	$\hat{Y}_{NA}$	$\hat{T}_A$	$\bar{U}_8$
1	$Y_A$	0.80	0.21	0.28	0.27	0.18	0.18	0.27	0.22	0.18	0.18	0.09	0.00	0.00	0.04	0.12	0.16	0.12	-0.04	0.00
2	$I_A$	-0.07	0.58	0.47	-0.02	0.48	-0.02	-0.02	-0.02	-0.02	-0.02	-0.01	0.00	0.00	0.03	0.08	0.11	0.08	-0.03	0.00
3	$\Delta T$	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	0.40	0.60	0.50	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00	-0.00
4	$IM$	-0.07	-0.02	0.27	-0.02	-0.02	-0.02	-0.02	-0.02	0.48	0.48	-0.01	0.00	0.00	0.03	0.08	0.11	0.08	-0.03	0.00
5	$P_A/P_{NA}$	-0.24	-0.06	-0.08	-0.08	-0.05	-0.05	-0.08	-0.07	-0.05	-0.05	-0.03	0.00	0.00	0.09	0.27	0.35	0.27	0.09	0.00
6	$L_A$	0.03	-0.11	-0.14	0.01	-0.09	0.71	0.31	0.26	-0.07	-0.07	-0.20	0.20	-0.25	-0.01	-0.03	-0.04	-0.03	0.01	-0.00
7	$D$	-0.05	0.23	0.27	-0.02	0.19	-0.01	-0.02	-0.01	0.14	0.14	-0.01	0.00	0.50	0.02	0.06	0.07	0.06	-0.02	0.00
8	$C_A$	0.16	0.04	0.05	0.05	0.04	0.04	0.05	0.04	0.04	0.04	0.02	0.00	0.00	0.01	0.02	0.03	0.62	-0.21	0.00
9	$K_A$	0.16	0.04	0.05	0.05	0.04	0.04	0.05	0.04	0.04	0.04	0.02	0.00	0.00	0.01	0.02	0.03	0.02	-0.01	0.20
10	$M_A$	0.08	0.02	0.03	0.03	0.02	0.02	0.03	0.02	0.02	0.02	0.01	0.00	0.00	0.00	0.01	0.02	0.51	-0.20	0.00
11	$G_A$	0.63	-0.43	-0.28	0.21	-0.36	0.14	0.21	0.17	0.14	0.14	0.07	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.10	-0.00	-0.20

VARIÁVEIS ENDÓGENAS

## CASO I

Suponhamos que os objetivos da política econômica agrícola se traduzam num aumento na produção agrícola e na força de trabalho rural de 10 e 5, respectivamente. Se a mecanização,  $\hat{M}\hat{C}$ , e a reforma agrária,  $\hat{R}\hat{A}$ , devem ser os instrumentos de política para se alcançar os mencionados objetivos e se quisermos saber os seus valores, permanecendo tudo o mais constante, podemos, então, escrever

$$Y_A = 0,18 \hat{R}\hat{A} + 0,90 \hat{M}\hat{C} = 10$$

$$L_A = 0,71 \hat{R}\hat{A} - 0,20 \hat{M}\hat{C} = 5$$

A solução deste sistema de equações nos dá

$$\hat{R}\hat{A} = 24,52 \quad e$$

$$\hat{M}\hat{C} = 62,06$$

## CASO II

Se dermos maior peso ao emprêgo agrícola, em comparação ao aumento da produção, e se desejarmos um incremento de 10 no emprêgo agrícola,  $L_A$ , (presumindo, para simplificarm uma correspondência de um para um entre a força de trabalho agrícola e o emprêgo agrícola) e um incremento de 5 na produção,  $Y_A$ , podemos, então, escrever:

$$Y_A = 0,18 \hat{R}\hat{A} + 0,09 \hat{M}\hat{C} = 5$$

$$L_A = 0,71 \hat{R}\hat{A} - 0,20 \hat{M}\hat{C} = 10$$

onde  $RA = 19,02$

e  $MC = 17,52$

Vimos, assim, que a importância relativa da política de reforma agrária está agora aumentada.

## CASO III

Consideremos, neste caso, três objetivos de política econômica, introduzindo a exportação de produtos agrícolas,  $X_A$ , como terceiros objetivos. Os valores dos objetivos são agora  $Y_A = 5$ ,  $L_A = 2$  e  $X_A = 1$ . Os instrumentos de política empregados são: projetos governamentais na agricultura,  $\hat{P}\hat{R}$ , crédito rural,  $\hat{C}\hat{R}$ , e política de preços mínimos,  $\hat{P}_{MN}$ .

Podemos, desta forma, escrever:

$$Y_A = 0,21 \hat{P}\hat{R} + 0,18 \hat{C}\hat{R} + 0,12 \hat{P}_{MN} = 5$$

$$L_A = -0,11 \quad \hat{P}R = 0,07 \quad \hat{C}R = 0,03 \quad \hat{P}_{MN} = 2$$

-11-

$$X_A = 0,04 \quad \hat{P}R = 0,04 \quad \hat{C}R = 0,02 \quad \hat{P}_{MN} = 1$$

Os valores dos instrumentos de política são:

$$\hat{P}R = -81,48$$

$$\hat{C}R = 57,41$$

$$\hat{P}_{MN} = 98,15$$

Podemos notar que o crédito rural e a política de preços mínimos - que têm efeito positivo sobre  $Y_A$  e  $X_A$ ; embora tendo um menor efeito adverso sobre  $L_A$  - são favorecidos na solução.

Voltamos a frisar que os casos de opção de política econômica apresentados acima são de natureza pedagógica, baseados num modelo hipotético que não pretende refletir a realidade. A finalidade imediata é somente mostrar alguns usos dos modelos de política econômica.

É claro ainda que estas demonstrações não querem necessariamente dizer que a formulação da política agrícola seja uma tarefa precisa. Entendemos "policy making" como um processo contínuo, que exige toda uma gama de dados informativos (information inputs). Em última análise, é o bom senso que faz a boa política.

Creemos, no entanto, que técnicas como a que estamos apresentando podem prover os primeiros subsídios para o esclarecimento de algumas questões básicas relativas à "policy making". De modo particular, por exemplo, poderíamos analisar a consistência entre instrumentos e objetivos de política.

O método ainda possui uma outra propriedade muito útil. Um órgão como o IPEA, responsável pela elaboração da política econômica nacional, deve considerar a utilidade de se construir um modelo como este, cujo principal benefício consiste na sistematização. A tentativa poderá provocar discussões sobre a natureza de função-objetivo da política econômica, sobre que variáveis devem ser incluídas e qual a sua importância relativa, e assim por diante.

Não é tão importante que sejam encontradas conclusões definitivas. O que se espera é que, enquanto se trabalha, o "framework" da formulação da política econômica vá mostrando os focos mais relevantes do processo e onde, portanto, ele se torna mais eficiente.

Do mesmo modo, quando se voltar para a identificação das relações de comportamento do modelo, o debate a respeito do que poderia ser incluído trará dados informativos de inestimável utilidade.

A dificuldade de dados geralmente impossibilita a quantificação

precisa via métodos econométricos apropriados. Normalmente, quando a quantificação via estimação é possível, o risco de se usar dados incorretos ou inapropriados torna-se considerável. Seria ingênuo considerar a precisão quantitativa como sendo uma alta prioridade em nosso processo de planejamento. Longe de buscá-la, deveríamos nos preocupar com os aspectos lógico (analítico) e organizacional do planejamento, principalmente quando a preocupação é com planejamento a longo prazo.

Se aceitarmos que, neste momento, uma das principais atribuições do IPEA é a preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento - que se espera esteja pronto em fins de 1971 - então, um esquema de trabalho, visando a este objetivo, deve emergir o quanto antes.

Ainda que uma relevante atividade de pesquisa venha se desenvolvendo a passos rápidos, receio que não tem havido bastante esforço orientado para a elaboração de um plano nacional no prazo de 18 meses.

A respeito disto, desejo fazer algumas sugestões.

O IPEA deveria elaborar, para trabalhos, um protótipo de modelo de política econômica, metodologicamente similar ao que apresentamos. O objetivo principal deste tipo de exercício será o de coordenação, seguida de discussões internas sobre a teoria e o perfil da política econômica.

Na fase de especificação da função-objetivo de política econômica nacional, seria útil convidar, eventualmente, diferentes grupos sócio-econômicos a fim de que expressassem suas preferências na escolha e na importância dos objetivos. Isto seria uma das etapas do processo. As consultas seriam estabelecidas em bases informais. Tal procedimento evitará que o IPEA se torne "irrelevante" no sentido político, isto é, que ele planeje por planejar e termine por ficar falando consigo mesmo. Esta sistemática permitirá uma melhor integração entre pesquisa e "policy making", atualmente em bases precárias.

A especificação do modelo nacional (equações de comportamento) deve ser feita tendo-se em mente o objetivo operacional de incorporar os instrumentos governamentais disponíveis (e alguns potenciais) nos relacionamentos. Um esboço do modelo pode ser preparado por elementos do Planejamento Geral e, depois, submetido a consultas e discussões internas. A especificação e identificação das variáveis relevantes é a parte mais importante do processo.

Os setores poderão ser convidados a submeter seus submodelos "a apreciação e um diálogo interno poderá, então, desenvolver-se.

Quando os métodos estatísticos se tornarem inexecutáveis ou inadequados, a estimação será feita "a priori", na base do melhor julgamento.

Os instrumentos de política poderão, assim, ser avaliados em relação aos objetivos. Uma série de alternativas possíveis, mostrando diferentes pesos tanto para os objetivos como para os instrumentos de política, deverá

ser estabelecida.

Os vários instrumentos de política econômica do modelo original poderão, em seguida, ser decompostos em instrumentos específicos (projetos, legislação, etc).

Tal enfoque é indispensável para os trabalhos do IPEA, porque, simplesmente, é operacional. Não se trata, além do mais, do melhor enfoque - mas do único enfoque disponível, supondo-se que o IPEA terá que preparar o plano nacional e deseja fazê-lo. Esta colocação torna-se mais importante, quando observamos que não evoluiu ainda, no IPEA, uma sistemática adequada no processo de planejar.

Não estou entrando em considerações sobre outras fases necessárias ao processo de planejamento (como implementação e follow-up), ou sobre a necessidade de uma revisão cuidadosa dos planos anteriores do IPEA, a saber, o Decenal e o Estratégico, a fim de haurirmos ensinamentos da experiência anterior do IPEA em planejamento. Este trabalho, no entanto, será complementar à elaboração do "modelo de política econômica".

A grande vantagem do modelo que aqui apresentamos é o fato de que não se trata de um "modelo acabado", que se presta a todas as coisas. Ao contrário, é um modelo que deve ser "aperfeiçoado" em um processo contínuo, face a novas informações como, por exemplo, melhor discernimento analítico com relação a demanda interna versus demanda externa, desenvolvimento agrícola, modificações na política regional, etc. Desta forma, o modelo poderá desempenhar uma função adicional de maior utilidade.

Finalmente, volto a frisar que a técnica de modelos é simples e não deve jamais se transformar num fim em si mesmo. Ela deve ser olhada como um meio de se organizar e melhorar a capacidade planejadora do IPEA. Além do mais, o planejamento, mesmo quando feito sob condições metodológicas ideais, somente se torna uma ferramenta útil ao desenvolvimento, quando pode ser eficazmente implementado.